

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .ª)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .ª)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Em março de 2016, após uma visita ao Porto de Pesca de Lagos e reunião com a Associação de Armadores da Pesca Artesanal do Barlavento Algarvio, o Grupo Parlamentar do PCP dirigiu ao Ministério do Mar a pergunta n.º 987/XIII/1ª, “Necessidade de obras no Porto de Pesca de Lagos”, alertando para diversos problemas, designadamente: assoreamento da barra, degradação das defensas e das escadas do cais em frente ao edifício da Docapesca, degradação do pavimento na extremidade oeste do cais, ocupação da rampa varadouro por duas embarcações abandonadas, ausência de uma zona específica para a preparação das artes de pesca.

Na sua resposta, em maio de 2016, o Ministério do Mar reconheceu «a necessidade de requalificar o Porto de Lagos, nomeadamente, nas situações expostas pelo Senhor Deputado» e informou que «quanto ao desassoreamento, o Ministério do Mar pretende dispor, até ao final do ano, de um levantamento das necessidades ao longo do País, para agendar um planeamento estruturado e regular», «quanto à colocação de novas defensas e escadas no cais de descarga, o plano de investimento da Docapesca prevê um investimento para 2016 e 2017» e o «pavimento na zona oeste desse cais [...] será objeto de uma intervenção prevista no Plano de Investimentos da Docapesca para 2016 e 2017». No que diz respeito à remoção das embarcações abandonadas da rampa varadouro serão «desenvolvidos esforços para melhorar a [sua] arrumação».

Volvidos dois anos, uma delegação do PCP, acompanhada por representantes da Docapesca, voltou a visitar o Porto de Pesca de Lagos, tendo verificado que foi feita uma intervenção de requalificação do edifício da Lota, foram colocadas novas defensas e escadas no cais de descarga, foi colocada uma grua de apoio à descarga de pescado, uma das embarcações abandonadas foi retirada da rampa varadouro e foi colocado um cais flutuante para embarcações de pequena dimensão.

O PCP valoriza estas intervenções, concretizadas nos últimos dois anos, mas assinala que outras intervenções, previstas e assumidas pelo Ministério do Mar, não foram concretizadas:

não se procedeu ao desassoreamento da barra de Lagos (esta situação foi tratada numa outra pergunta ao Ministério do Mar, n.º 2559/XIII/3ª, de junho de 2018); não foi feita a requalificação do pavimento na zona oeste do cais de descarga; na rampa varadouro ainda se encontra uma embarcação abandonada, a apodrecer; não foi criada uma zona específica para a preparação das artes de pesca.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, por intermédio do Ministério do Mar, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Por que motivo é que algumas das intervenções assumidas pelo Ministério do Mar há dois anos na resposta à pergunta n.º 987/XIII/1ª do PCP não foram concretizadas? Como justifica o Ministério do Mar não ter dotado a Docapesca das verbas necessárias à concretização dessas obras?
2. Quando se procederá ao desassoreamento da barra de Lagos?
3. Quando será criada a zona específica para a preparação das artes de pesca, a este do cais de descarga?
4. Quando se concretizará a requalificação do pavimento na zona oeste do cais de descarga?
5. Quando é que a embarcação abandonada será retirada da rampa varadouro?

Palácio de São Bento, 24 de julho de 2018

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)